NECROPOLÍTICA E A PRODUÇÃO DE "MUNDOS DE MORTE"

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018, 80p.

Valéria Lima Bontempo*

O ensaio *Necropolítica*, de Achille Mbembe, publicado originalmente em 2013; e em 2018, no Brasil, pela N-1 Edições, aborda a política da morte e destaca as noções de biopoder, soberania e estado de exceção. O filósofo camaronês Mbembe, nascido em 1957, é uma referência para o pensamento pós-colonial, uma vez que suas obras contribuem para o rompimento de visões eurocêntricas sobre a história e ajudam a compreender o mundo contemporâneo.

Mbembe mostra que a morte, enquanto objeto de gestão, foi apropriada pelo poder político e cabe a necropolítica apontar quem deve morrer, bem como administrar situações que levem à morte. A necropolítica não é fenômeno isolado e está interligada à própria reprodução do capitalismo na contemporaneidade. Assim, a obra de Mbembe torna-se fundamental para a oxigenação dos movimentos que fazem resistência ao capitalismo em sua versão neoliberal, mostrando-se potente para decifrar o lugar que o racismo estrutural ocupa nos processos de eliminação de todos os descartados e os excluídos do sistema capitalista.

Mbembe dialoga com autores como Frantz Fanon, Carl Schmitt, Karl Marx, Michel Foucault e Giorgio Agamben, dentre outros. Sua abordagem parte da atualização da noção de biopoder de Foucault, enquanto instrumento de controle do Estado sobre o corpo dos indivíduos. O filósofo explicita, entretanto, que a ideia de biopoder é insuficiente para compreender as formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte. Seu pressuposto é que a soberania, na atualidade, consiste no poder e na capacidade de determinar quem pode viver e quem deve morrer. Seu ensaio é estruturado em cinco tópicos: *Política, o trabalho da morte e o 'devir sujeito'; o biopoder e a relação de inimizade; necropoder e ocupação colonial na modernidade tardia; máquinas de guerra e heteronomia; e de gesto e do metal.*

No primeiro tópico, o conceito de biopoder, de Foucault é atualizado, uma vez que o controle exercido pela necropolítica não incide somente sobre a vida, mas também sobre medidas que produzem a morte, indicando, inclusive, quem deve morrer e como morrer. Nessa perspectiva, uma das perguntas de Mbembe é: - quais as condições em que o poder de deixar viver e de matar são exercidas? (MBEMBE, 2018, p. 7) No contexto da modernidade, a política é definida como "projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento. É isso, dizem-nos, que a diferencia da guerra" (MBEMBE, 2018, p. 9). A ideia de soberania, por sua vez, é definida como duplo processo de 'autoinstituição' e 'autolimitação', onde estabelece para si mesma os próprios limites que cria. Com isso, a prática da soberania, "consiste na capacidade da sociedade para a autocriação pelo recurso às instituições inspirado por significações específicas sociais e imaginárias" (p. 10). No entanto, Mbembe aponta que essa noção não cumpre sua função de buscar a autonomia, mas realiza "a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos humanos e populações" (MBEMBE, 2018, p. 11). Assim, a política, a soberania e o

Resenha submetida em 30 de dezembro de 2020 e aprovada em 31 de janeiro de 2020

* Professora de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC. Minas), nos cursos de Direito, (Praça da Liberdade), Psicologia e Serviço Social. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Email: valerialimabontempo@hotmail.com

próprio sujeito se colocam na contramão da proposta filosófica da modernidade, já que a centralidade da razão é substituída pela destruição e pela morte.

Na segunda seção da obra, *O biopoder e a relação de inimizade,* o filósofo destaca que a soberania se expressa principalmente pelo direito de matar. Argumenta que a legalização desse “direito de matar” é forjada, tanto a partir do Estado de exceção, como de um Estado de sítio, pois ambos atuam mediante situações extraordinárias e de emergência. Para analisar o surgimento do terror na modernidade, Mbembe cita o sistema de *plantation,* estrutura político-jurídica de manifestação emblemática e paradoxal do Estado de exceção. Esse sistema é marcado pelo uso da crueldade e um dos seus paradoxos, no caso da escravidão, é o fato do senhor ser proprietário do escravo, o que leva a três tipos de perda: a perda de um lar, a perda dos direitos em relação ao seu corpo e a perda do seu estatuto político. Em síntese, a questão é que permanece no pensamento e na prática da modernidade, e no ideário político da Europa, a ideia de que a colônia é o espaço onde a soberania, enquanto o exercício de um poder, desconsidera a lei e promove uma guerra sem fim, ainda que sob o argumento de almejar a paz.

Em *Necropoder e ocupação colonial na modernidade tardia,* terceira parte do ensaio, Mbembe defende que, no passado, em estruturas imperiais, a violência na ocupação colonial mostrou ser “a forma original do direito, e a exceção proporciona a estrutura da soberania” (MBEMBE, 2018, p. 38). Várias foram as tecnologias usadas nesse processo de controle físico e geográfico no território conquistado, como extração de recursos naturais, transporte fluvial e ferroviário, estabelecendo hierarquias, subvertendo os regimes de propriedade e classificando as pessoas. Mbembe recorre ao filósofo, Frantz Fanon (1925-1961) e analisa como o poder de morte opera na ocupação colonial. Nela, assistimos a proibição ao acesso a determinadas zonas e à expansão de assentamentos para evitar qualquer movimentação das pessoas, bem como a segregação nos moldes do Estado do *apartheid*.

Na quarta seção da obra, *Máquinas de guerra e heteronomia,* o autor afirma que as guerras contemporâneas não podem ser compreendidas por categorias como de “guerra justa ou injusta” ou mesmo por teorias relacionadas à “violência contratual.” Zygmunt Bauman (2001) esclarece que as guerras atuais são “ataques-relâmpago” e sua meta não é conquistar ou administrar um território, mas sim, submeter o inimigo. O direito de matar não está mais reservado ao Estado e ao seu exército regular. Surgem as máquinas de guerra, que incluem milícias ou movimentos rebeldes, muito organizadas e “taxam os territórios e as populações que os ocupam e se baseiam numa variedade de redes transnacionais e diásporas que os provêem com apoio material e financeiro.” (MBEMBE, 2018, p.58). Estas máquinas de guerra têm ainda uma atuação tanto na exploração dos recursos naturais como na fixação das populações em determinado território, mesmo que esses espaços estejam fora das fronteiras de um Estado.

No último tópico de sua obra, *Do gesto e do mental,* Mbembe lembra a Palestina para mostrar a presença de duas lógicas: a do martírio e a da sobrevivência. Nelas, o terror e a morte estão entrelaçados e “o sobrevivente é aquele que, tendo percorrido o caminho da morte, sabendo o caminho dos extermínios e permanecendo entre os que caíram, ainda está vivo” (MBEMBE, 2018, p. 62). O sobrevivente é aquele que vence o inimigo, consegue matá-lo e escapa com vida. Assim, o nível mais baixo de sobrevivência é matar, justamente porque o sobrevivente é inimigo de todos os outros.

Já na lógica do mártir, a morte e o terror também estão interligados, mas se expressam de uma forma diferente. Um exemplo é o ‘homem-bomba’, cujo corpo é uma espécie de máscara para camuflar uma arma que será acionada. Seu próprio corpo é a arma, a qual poderá ser detonada em qualquer lugar. Na perspectiva do “mártir”, a vontade de morrer está aliada a tentativa de levar o inimigo consigo. (MBEMBE, 2018, pág. 64) No caso do homem-bomba, sua morte segue junto com a morte do outro. “Homicídio e suicídio são realizados no mesmo ato. E em larga medida, resistência e autodestruição são sinônimos, matar é, portanto, reduzir

o outro e a si mesmo ao estatuto de pedaços de carne inertes, dispersos e reunidos com dificuldade antes do enterro" (pág. 64).

Enfim, Achille Mbembe, sugere em seu ensaio a noção de necropolítica e necropoder para compreendermos como as armas de fogo são usadas para destruir um maior número de pessoas e criar o que chamou de "mundos de morte." O que há na realidade são grandes populações submetidas a "condições de vida que lhes conferem o estatuto de 'mortos-vivos'" (MBEMBE, 2018, p. 71). Mbembe sugere que o "necropoder embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade" (MBEMBE, 2018, p. 71).

Assim, ao tratar da necropolítica, Mbembe cumpre a função de mostrar sua relação com o neoliberalismo. A oposição entre dessas duas dimensões é apenas aparente, uma vez que a suposição neoliberal de valorização da potência, da criatividade, de empreendedorismo, de crença que todos podem alcançar o que desejam, não se concretiza. O que se vê na atual fase do capitalismo é que nem todos serão absorvidos pelo mercado de trabalho. Com isso, essa população que fica fora do sistema será alvo da necropolítica, a qual irá gerir condições mortíferas ou de sobrevida daqueles que estão desempregados, que se mostram improdutivos ou que vivem em situação de rua. E é exatamente para entender como a necropolítica se operacionaliza que vale a pena conferir a obra *Necropolítica – Biopoder, soberania, Estado de exceção, política da morte.*